

A “INVENÇÃO” DO RIO DE JANEIRO CIVILIZADO:

As memórias de Luís Gonçalves dos Santos.

PRISCILLA SOARES GONÇALVES¹

Nesse trabalho pretendemos entender como o Rio de Janeiro tornou-se a mais européia das cidades brasileiras, com esforços civilizatórios, mesmo que esses fossem de difíceis adequações após a vinda da Família Real portuguesa. O cenário carioca, portanto, se coloca como o ponto referencial para a compreensão da imagem que se pretendia construir do Brasil. Através desse trabalho pretendemos focar as *Memórias* de Luís Gonçalves dos Santos questionando a imagem transmitida do ambiente carioca durante o período em que a corte portuguesa permaneceu nos trópicos (1808-1821), relatado por ele como um ambiente que se tornou “civilizado” após as medidas tomadas por D. João VI, e confrontar sua visão com alguns relatos do mesmo período.

A partir de 1808, com a transladação da corte joanina, ocorreram grandes alterações no Rio de Janeiro, modificando o cenário urbano e os hábitos dos indivíduos no vestir, no comer e nas maneiras. Citaremos aqui é a fonte central do nosso estudo, o relato do padre Luís Gonçalves dos Santos. Vamos entender melhor quem foi esse homem.

Luís Gonçalves dos Santos, filho do português José Gonçalves dos Santos e da brasileira Rosa Maria de Jesus, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de abril de 1767. Foi batizado em 6 de maio de deste mesmo ano na Igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito, catedral do bispado nesse período.² Aos sete anos estava matriculado na

¹ Mestranda do curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista Capes. priscillanis@ig.com.br

² SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p.20.

escola de primeiras letras e, cinco anos depois já cursava filosofia, cujas aulas assistiu durante quatro anos e onde no último ano dedicara-se aos estudos teológicos. Luis Gonçalves foi nomeado, em 1809, professor de gramática latina empossando-se depois no Senado da Câmara e sendo o primeiro redator do jornal impresso pela tipografia régia, *Gazeta do Rio de Janeiro*, o que não é mencionado na biografia introdutória de suas *Memórias* escrita por Noronha Santos. Porém, a preocupação de Luis Gonçalves, cujo atualmente é mais bem conhecido por seu apelido - padre Perereca -, foi de relatar as suas *Memórias* prevendo que estas poderiam se tornar uma importante fonte histórica, como podemos ver no trecho a seguir:

“Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a História do Brasil (...) mas sim, umas *Memórias*, arranjadas pela ordem cronológica, afim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda não se escreveram, por cujo motivo intitulei *Memórias* para servir a história da Brasil. (...)”³

De certa forma, observamos que essa preocupação fora tida também outros contemporâneos a Luis Gonçalves, principalmente os viajantes, o que nos faz ter diferentes perspectivas sobre o tema, o que veremos no decorrer do nosso capítulo. Nosso foco nesse capítulo é a cidade, o ambiente qual o padre Perereca viveu e relata e transforma em suas *Memórias*.

Para entendermos o conceito de cidade nesse período recorreremos ao dicionário do século XVIII. Segundo o dicionário do século XVIII do padre Raphael Bluteau a cidade seria “Multidão de casas distribuídas em ruas e praças, cercadas de muros e habitadas e habitada de homens, que vivem com sociedade, e subordinação (...) cabeça de um reino

³ Ibid., p.34.

ou província”.⁴ No contexto do período da modernidade é que ocorreu uma explosão urbana. Casas aglutinaram-se, muitas vezes pequenas, e se espalharam pelos campos, pelas margens dos rios á beira ou no cruzamento dos caminhos, ao lado dos muros de uma abadia ou um castelo e despertando até algumas cidades adormecidas.

Segundo o historiador argentino José Romero, as cidades americanas foram elaboradas a partir dos fortes, isto porque os conquistadores além de enfrentarem as dificuldades da natureza local, ainda lutavam contra a hostilidade indígena e as lutas entre eles mesmos pela posse de terras. Em outros momentos a cidade tornou-se um porto, com funções mercantis, transformando-se em cidade-empório. Geralmente, a cidade era erguida em um porto natural, em nosso caso, a baía de Guanabara. As suas funções comerciais estimularam o mecanismo monopolista, baseado no controle fiscal. Estas eram algumas das funções comerciais, na cidade ainda estavam inseridos o poderio militar de defesa, as indústrias navais de recuperação, os grupos mercantis, os escritórios administrativos governamentais e toda a população subsidiária, atraída pelo ambiente colonial, pessoas atraídas pela concentração de riquezas.⁵

A fundação geralmente era um ato improvisado, feito de maneira rápida para maior apreciação da conjuntura geográfica – a costa, a altura, os rios – e espacial – a água, os ventos, os pastos, a lenha. Dependendo dos elementos citados na frase anterior, a cidade pode permanecer ou mudar de local, sem alterar o seu nome. Estrategicamente Mém de Sá, após a invasão francesa, transferiu a posição original para o que se chamou de Castelo, buscando maior segurança⁶ e estratégia de ataque. Um dos viajantes que notou esse posicionamento estratégico da cidade foi o comerciante inglês John Luccock⁷:

⁴BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, 10 Vols., 1712-1728, p. 309.

⁵ ROMERO, José Luis. *América Latina: As cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 79-82.

⁶ *Ibid.*, p.95.

⁷ Além dos seus relatos, John Luccock também escreveu um dicionário de tupi-guarani (“língua” indígena).

“O Rio de Janeiro pode ser considerado uma cidade fortificada embora não possua muros. Acha-se dividido em distritos militares, de que o palácio constitue o quartel-general; existem várias guarnições localizadas em vários lugares, com oficiais constantemente à testa; há sentinelas postadas em todos os edifícios públicos, nos desembocadouros e em todos os sítios da cidade em que elas possam facilmente se comunicar umas com as outras.”⁸

Em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Luccock tem uma visão que se distingue dos seus demais conterrâneos, pois viveu em nossas terras por 10 anos. Assim, após a notícia da abertura dos portos, o viajante não perdeu tempo veio para o Brasil. Aqui, no Rio de Janeiro, Luccock não um mercado favorável, deslocando-se para parte sul do nosso território, liquidando suas mercadorias e voltando para a Inglaterra. Retornou logo para o Brasil e escreveu o livro que fala sobre a cultura e, o que mais no interessa, as transformações do Rio de Janeiro joanino. Luccock percebe bem essas diferenças porque passava tempos distantes⁹ da cidade e quando voltava, logo notava as melhorias feitas pelo governo real.

No Brasil, o planejamento com a construção da cidade não teve tanta importância como na América hispânica. O expoente da historiografia brasileira, Sérgio Buarque de Holanda, em obra intitulada *Raízes do Brasil*, nos mostra que a colonização espanhola caracterizou-se, principalmente, pelo que faltou na portuguesa: assegurar o domínio militar, econômico e político da metrópole sobre suas terras em território americano, mediante a criação de núcleos de povoação estáveis e ordenados.¹⁰ A

⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p. 54.

⁹ John Luccock escreve sobre as características do Rio de Janeiro em 1808, em 1813, 1816, e por fim, em 1818, anotando sempre os melhoramentos e o cotidiano local.

¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda diz que a colonização portuguesa foi imediatista, querendo se apoderar rapidamente das riquezas de fácil acesso, por isso chama-os de *semeadores*. Já a colonização espanhola teria sido mais bem pensada e organizada, a esta o autor atribui a nomenclatura de *ladrilheiros*.

monarquia hispânica impôs disciplina entre novos e velhos habitantes para melhor proveito da metrópole. Após a povoação e construção de edifícios, até mesmo as ruas são suntuosas quando lhes é imposto o acento voluntário em linha reta. A construção da cidade iniciara sempre pela praça maior localizada na parte do desembarque portuário. Segundo o historiador:

“A forma da praça seria um quadrilátero, cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento, de modo que, em dias de festa, nelas pudessem correr cavalos. Em tamanho proporcional ao número de vizinhos e, tendo-se em conta que as povoações podem aumentar, não mediria menos de duzentos pés de largura por trezentos de comprimento, nem mais de oitocentos pés de comprimento por quatrocentos de largo. A praça servia como parte do traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos. (...)”¹¹

A transferência da capital d cidade de Salvador para o Rio de Janeiro só confirmava o caráter central que a cidade vinha assumindo desde o século XVIII como *locus* articulador de toda a área Centro-Sul da colônia, seja pelos conflitos em torno da delimitação territorial entre os dois países ibéricos, seja pela prospecção aurífera na região mineradora. Nesse sentido, a cidade-capital ou sede do poder administrativo colonial da metrópole já elevava o nível do *status* da cidade perante as outras. Sobre a transferência da capital para o Rio de Janeiro, padre Perereca comenta:

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26.ed., 1995, loc.cit.

“(…) Assim, recobrando os fluminenses o sossego, e paz, rapidamente se restabeleceu a cidade dos males da injusta invasão, que, não respeitando ainda mesmo o sagrado, havia reduzido a última miséria dos seus habitantes, e começou a florescer cada vez mais, a ponto de merecer do senhor rei D. José a honra de ser capital do Brasil, transferindo a sede dos vice-reis, em 1763; mas no governo dos vice-reis marquês de Lavradio, e Luiz de Vasconcelos e Sousa, é que propriamente a cidade do Rio de Janeiro fez o seu maior progresso em edifícios, regularidades das ruas, e civilização dos seus moradores, como também na extensão de seu comércio, agricultura, e alguns ramos da indústria, e no aumento de sua população. Foi então que Providência, como que preparava de antemão esta cidade para altos destinos, inspirou aos sobreditos vice-reis os planos de reforma, e melhoramento, com que começou a aformosear-se, engrandecer-se, e a fazer-se mais digna de ser a capital da América Portuguesa.”¹²

Uma fonte do mesmo período que podemos contrapor a visão do padre Perereca seria da do navegante inglês Thomas O’Neil. Citemos a visão que o viajante tem em relação aos vice-reis:

“Por motivos políticos, os vice-reis, praticamente absolutos em todo o seu modo de governar, sempre *impediram os habitantes de um intercambio com outras nações*, a tal ponto que nenhum europeu, a não ser português, jamais chegou aqui sem que uma sentinela o acompanhasse, de modo que as maneiras dos aqui

¹² SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p. 36.

nascidos logicamente conservam características originais de autentica inocência.”¹³

Não pode-se negar que o grande marco do início do século XIX foi a vinda da Família Real e, é claro, que O’Neil não poderia de relatá-la, pois seus escritos são de 1810. Thomas O’Neil era Tenente da esquadra que trouxe o príncipe D. João aos trópicos. Porém seus escritos devem ser observados com muita cautela, pois, como vemos acima, pode ser considerado um tanto dramático e exagerado quando ele afirma que os vice reis “impediram os habitantes de um intercambio com outras nações” afim de justificar os modos não “civilizados” da população. Sua visão contrasta com a do padre Perereca demasiadamente quando o assunto é a Família Real. Na interpretação é referido com “*the escape of the Royal Family*”, em outros momentos como “*Royal Fugitives*”. Suas demais descrições oscilam e parecem querer ridicularizar a Família Real, citemos um exemplo onde, segundo O’Neil, D. João teria dito ao general Junot francês numa *conversa privada e não pública*:

“(…) rejeito sua aliança, cuja ambição insaciável almeja a destruição do universo. Eu desprezo sua proteção, e amanhã. Se a Providência me favorecer, ponho a mim, minha família, e minha frota sob a proteção do almirante e Sua Majestade britânica, que é meu amigo fiel e está agora à espera de me receber. Na verdade, prefiro morrer a ouvir promessas enganadoras de seu chefe”.¹⁴

¹³ O’NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, p. 81 (grifos nossos).

¹⁴ O’NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007, p. 60.

Como poderia O' Neil ter escutado uma conversa privada com o general Junot? Citemos outro trecho onde O' Neil destaca as condições de embarque no dia 15 de novembro de 1807:

“Um vento forte soprou por vários dias diretamente para dentro do porto de Lisboa, sem mudar de quadrante, exceto por poucas horas no rumo leste, o que propiciou aos fugitivos reais uma oportunidade de escapar das ciladas que Napoleão armou para eles tão engenhosamente (...)”¹⁵

Na visão do padre Perereca a Família Real teria sido transferida num plano estrategicamente elaborado por d. João e seus conselheiros e apesar das aflições causadas por Napoleão Bonaparte, a vinda do príncipe regente “salvou a honra, a glória e a monarquia portuguesa. A mudança de seu trono ainda a fará mais forte, poderosa, e respeitável”¹⁶.

Apesar do padre Perereca apontar o Rio de Janeiro como um cidade digna de ser capital do império português, vemos em outros relatos que a cidade ainda estava distante de ser civilizada. Um viajante de grande importância foi John Mawe, em seu relato intitulado como *Viagens ao interior do Brasil*. Mawe era mineralogista, mas não deixou de relatar e retratar em algumas pranchas, o cotidiano carioca. Sobre o rio de Janeiro, a primeira impressão que se tinha era:

“Nenhum porto colonial do mundo está tão bem localizado para o comércio geral, quanto o do Rio de Janeiro. Ele goza, mais do que qualquer outro, de iguais facilidades de *intercâmbio* com a Europa, América, África, Índias Orientais e as ilhas dos Mares

¹⁵ Ibid., p. 52.

¹⁶ SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p. 168.

do Sul, e parece ter sido criado pela natureza para constituir um grande elo de união entre o comércio dessas grandes regiões do globo. (...)”¹⁷

Os problemas da cidade também foram destacados por John Luccock devido a dificuldade de se hospedar numa cidade mais parecida com o rural do que com o urbano:

“Nada parecia haver de favorável a empreendimentos comerciais nessas cenas de dissipação miúda; a-pesar-do que terminamos o passeio com perspectivas mais animadoras do que aquelas com que o que havíamos encetado. Verificámos que a cidade estava cheia de habitantes; tão repleta mesmo que eu não sabia encontrar pouso para a noite.”¹⁸

Os naturalistas Spix e Martius vieram junto com uma comitiva que incluía vários estudiosos devido a vinda da Arquiduquesa d’ Áustria, dona Leopoldina, para o seu casamento com D. Pedro de Alcântara, filho mais velho de d. João e herdeiro da Coroa portuguesa. Nos atentemos a primeira impressão que eles tiveram da cidade do Rio de Janeiro, numa visão naturalista:

“Do azul escuro do mar, elevam-se as margens banhadas de sol e no meio do verde de vivo destaca-se a brancura das casas, capelas, igrejas e fortalezas. Atrás levantam-se audaciosos rochedos de forma imponentes, cujas encostas ostentam em toda a plenitude a uberdade da floresta tropical. Odor ambrosiano

¹⁷ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 107.

¹⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p.26.

derrama-se dessa soberba selva e, maravilhado, passa o navegante estrangeiro por muitas ilhas cobertas de majestosas palmeiras.”¹⁹

Apesar de Johann Baptiste Von Spix ter sido um grande zoólogo (1781-1826), é a Carl Friedrich Phillipp von Martius (1794-1849) que se atribui grande parte (se não todas) das anotações e relatos contidos na obra de três volumes intituladas como *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, traduzida para o português em 1938 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicado pela Imprensa Nacional. Dessa forma, vemos que as anotações de Spix e Martius estavam ligadas não só a flora e a fauna do Brasil, mas também traços da cultura cotidiana não passaram despercebidos. Vejamos a impressão que os viajantes têm sobre a arquitetura do Rio de Janeiro:

“As casas, de pouca altura e estreito frontispício relativamente ao fundo, são na maioria feitas com granito miúdo, ou com madeira nos pavimentos superiores, e cobertas de telhas. Em vez das antigas portas e janelas de grade, agora já se vêem por todos os lados portas inteiriças e janelas envidraçadas. As sacadas fechadas e sóbrias, à moda oriental, diante das janelas, foram por ordem superior rasgadas em balcões abertos. (...) Na maioria, as ruas são calçadas com granito e têm passeios; são, entretanto, iluminadas muito escassamente e somente algumas horas da noite, com lanternas colocadas junto das imagens de Nossa Senhora. Dá prazer à vista, depois da regularidade das ruas, encontrar várias praças abertas, como as do Paço Real, do Teatro, do Passeio Público ou a do Campo do Santana. Nas colinas, ao longo da margem nordeste, erguem-se, em parte, grandes prédios e especialmente apresentam magnífico aspecto,

¹⁹ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1, p. 43.

sobretudo vistos do mar, o antigo Colégio dos Jesuítas, o Convento dos Beneditinos, no outeiro a nordeste, depois o Palácio do Bispo e o Forte da Conceição.”²⁰

De acordo com a historiadora Maria Fernanda Bicalho, as ruas do Rio de Janeiro do século XVIII deveriam ser completamente codificadas, pois além de atender as determinações naturais tanto quanto as de caráter estratégico e econômico também se construía prédios e escolhiam moradias de acordo com os grupos profissionais, ou seja, os indivíduos deveriam ficar restritos a lugares fixos e determinados, onde, na Idade Média, cada profissão, religião ou nação tinha a sua rua, o seu bairro, o seu gueto.²¹

No trecho abaixo, o viajante John Mawe nos aponta outros incômodos que para ele parecem está atrelados ao atraso e a falta dos bons hábitos, ou seja, a urbe carioca parecia estar atrasada e irregular na visão do estrangeiro.

“(…) Os maiores incômodos que ainda perduram resultam do costume das pessoas de todas as categorias de andar a cavalonas calçadas, e das quinquilharias penduradas na lojas e nas portas das casas, que se abem todas para a rua, com grande aborrecimento para os pedestres; posso acrescentar também as inúmeras poças de água estagnada, que, por ser baixo o lugar, só com muito trabalho podem ser drenadas e, no verão, emitem as mais pútridas exalações. A água que abastece a cidade vem das montanhas, através de aquedutos e é distribuída às várias fontes em diversos logradouros públicos. É lastimável que não sejam mais numerosas, para o abastecimento dos habitantes, muitos

²⁰ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1, p. 48-49.

²¹ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 239-240.

dos quais vivem a uma milha de distancia de qualquer delas e são forçados a empregar pessoas continuamente no transporte de água; muitos pobres ganham a vida vendendo-a. A água é boa e quando guardada em grandes talhas, frescas e agradável. As estalagens e tavernas são quase destituídas de acomodações, e tão infortáveis que um estrangeiro nelas só residirá se não encontrar um amigo que o hospede. O aluguel das casas, em geral, é tão elevado quanto em Londres, devido, ao que parece, à falta de materiais de construção e ao alto preço da alvenaria. A madeira é, em regra, muito escassa, considerando-se a quantidade que cresce em quase todas as regiões do Brasil; mesmo a lenha é cara. (...)”²²

Nesse sentido, o historiador brasileiro Jurandir Malerba, em seu estudo *A corte no exílio*, concorda com os demais autores afirmando que o comércio dos “intercâmbios mais simbólicos entre soberano e ‘homens bons’ da terra começaram já por ocasião do desembarque da família real” era o que rendia melhor nesse momento, ou seja, com o exílio da corte portuguesa nos trópicos os cariocas tiveram inúmeras ocasiões para externar seus sentimentos de fidelidade por meio dos cerimoniais, pois Todos tinham o direito de beijar a mão do rei, mesmo quem não era nobre nem fidalgo. Era na insaciável busca pelos “bens de prestígio”²³. Para o autor, os anos de 1817 e 1818 foram os mais faustosos da permanência da corte joanina no Rio de Janeiro. Em sua obra, Malerba analisa e descreve por meio das fontes históricas o comportamento dos súditos e os procedimentos das festas no período em que a corte permaneceu no Brasil (1808-1821), ressaltando a importância do cerimonial como uma ferramenta de legitimação do poder monárquico aqui instaurado. A peculiaridade que estes rituais tiveram no Brasil, segundo Malerba, foi devido à situação que se encontrava a

²² MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 106.

²³ A elite fluminense que socorreu o rei financeiramente recebeu em troca os “bens de prestígio”: nobilitações, títulos, privilégios, isenções, liberdades e franquias, que não deixavam de ter um retorno material, como postos de administração e arrematação de impostos.

sociedade de corte portuguesa transmigrada com D. João: em desagregação. Para esses cortesãos não lhes restava muito mais que a etiqueta, único artifício que lhe conferia identidade como grupo. A concessão de graças honoríficas, assim como os títulos e lugar nas ordens militares e religiosas eram utilizadas como capital simbólico fundamental para retribuir a fidelidade dos súditos com o rei, e tinham um grande valor. Malerba nos mostra que a fim de reforçar a sua legitimidade, o governo trazia os circuitos internos dos palácios as auto-representações da realeza, em conjunto amplo aplicados, por exemplo, “no teatro ou na capela ao mesmo tempo que o rei, ou em círculos maiores, como as aparições públicas da Majestade – tal como se assistiu a aclamação de D. João VI.”²⁴ Dessa maneira, os ornamentos oferecidos pelos súditos eram sinais materiais não só de manifestar o amor e amizade junto ao rei, mas tornava-se viável saber como os súditos se dirigiam ao monarca e identificar esses súditos.

Para Malerba, esses intercâmbios eram mais que simbólicos, pois já se mostraram visíveis desde o desembarque da família real, selando o contato entre D. João e os “homens bons” da terra. Como exemplo, lembremos de um caso particular, a doação feita por Elias Antônio Lopes, comerciante de grosso trato²⁵, da Quinta da Boa Vista em São Cristóvão, que se tornou um dos palácios reais de D. João VI.²⁶ Porém não era a Quinta que chamava a atenção dos habitantes, mas sim outras construções.

Ao retomarmos os relatos de Spix e Martius podemos observar que, apesar do Rio conter uma grande presença da arquitetura já ultrapassada na Europa, alguns prédios tomam destaque e impressionam esses estrangeiros, como vemos na descrição abaixo:

“A igreja da Candelária é uma nobre mole arquitetônica, o melhor espécime de bom gosto e magnificência de que se pode gabar o Rio. Está por acabar ainda; como, porém, se acha

²⁴ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Cia da Letras, 2000, p.258.

²⁵ Ou seja, que trabalhava no tráfico de escravos.

²⁶ BNRJ – *Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro, quando o príncipe N. S. e toda a sua família chegaram pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo objeto*. Lisboa, Impressão Régia, 1810. p.10.

próxima do centro da cidade, há-de vir a ser, provavelmente, a mais freqüentada que qualquer outra igreja. Possui dois campanários e uma fachada ricamente ornamentada, formando uma belíssima vista do mar.” Um dos melhores edifícios do Rio, depois da Igreja da Candelária, é o dedicado a São Francisco de Paula, que ocupa um dos lados da praça do mesmo nome.²⁷

Para o nosso padre Perereca, um dos lugares de destaque na cidade era uma construção do tempo dos vice-reis, período o qual ele tinha grande admiração. Vejamos abaixo a descrição do Passeio Público que já não permanece o mesmo atualmente:

“O Passeio Público (XVII), que o vice-rei Luiz de Vasconcelos e Sousa mandou fazer no tempo de seu governo, ocupa uma porção do seu mencionado campo no lugar, em que havia uma lagoa, que com muito trabalho se esgotou, e aterrou; é cercado com um muro; de que de espaço a espaço tem janelas com grade de ferro, e para ele se entra por um portão, que se firma sobre dois pilares de pedra lavrada. Este portão é também de ferro, em cima estão as armas reais com a face para a rua, e no reverso delas se vê um medalhão de bronze dourado com as soberanas esfínges da Rainha Nossa Senhora D. Maria I, e do seu augusto esposo o Senhor Rei D. Pedro III. (...)”²⁸

Parece que John Luccock concorda com o padre Perereca descrevendo cada detalhe desse espaço na cidade o qual parece chamar a atenção até mesmo dos europeus, vejamos:

²⁷ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p.40-41.

²⁸ SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p. 38.

“O Passeio Público, embora pequeno, perfeitamente plano, construído em estilo muito afetado e negligentemente mantido, reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio. A entrada para esse retiro favorito é pela rua das Marrecas, através de um belo portão, por cima do qual há um medalhão da Rainha com seu finado marido, dom Pedro. Pela frente desse portão, a alameda principal se estende até um terraço, no lado oposto do jardim, elevado de cerca de dez pés acima do nível natural do terreno. Em frente dele há uma gruta artificial coberta de vegetação, em meio da qual se vêem engalfinhados dois jacarés de bronze, de cerca de oito pés de comprimento. Despejam água pela boca e parecem a pique de mergulhar dentro de um tanque de pedra, em que aquela se precipita. Dalí, a água é levada para dentro de duas outras vascas, ao nível do chão, uma de cada lado da alameda, por detrás das quais existem compridos bancos de pedra, ensombrados por belíssimas árvores e plantas sustentadas por treliças de madeira, onde, sob o abrigo da flor do maracujá, os tismados brasileiros gozam do luxo de uma atmosfera fresca. Bem junto Dalí, erguem-se duas esguias pirâmides de granito, de boas proporções e bem lavradas, com inscrições adequadas. Em cada extremidade da esplanada há um amplo lance de degraus; perto do topo do que fica a esquerda, acha-se a pequena estátua de um cupido risonho e alado que com os pés se apóia numa tartaruga terrestre, através de cujo corpo a água se despeja numa casca de granito, em baixo, provida de uma concha que convida os sedentos a beberem. Sobre uma pequena taboleta, frouxamente enroscada ao redor do braço direito, acha-se pintada a seguinte divisa alusiva: ‘Ainda brincando sou útil’. A singeleza da sentença, o garbo da figura, e o frescor proveniente

da bebida que fornece, agradam a toda gente e freqüentemente inspiram um sorriso.”²⁹

Lembremos que o Passeio Público tinha uma grande importância para os habitantes do Rio de Janeiro bem como o Campo do Santana, pois ambos eram espaços que também eram utilizados para a realização de eventos onde o controle presencial não era tão rígido de acordo com a posição hierárquica dos indivíduos. O tempo festivo está presente na história dos homens ao longo do tempo. Ao longo desse tempo as festas foram assumindo funções, sendo estas o meio de expressão da criatividade da comunidade e da afirmação da perenidade das instituições de poder. As festas, de uma forma geral, estavam atreladas ao poder do monarca e começavam com um ritual tornando-se um meio de vinculação entre “a comunidade que celebrava e o Estado que dava motivos para celebrar”³⁰, ocasiões vistas claramente com as pesquisas sobre o calendário real. A festa assume um papel multifuncional tornado-se, principalmente, um fato político, religioso ou simbólico. Não se poupavam esforço para atrair a população para o culto festivo, e com a ocorrência destes esperava-se a interiorização da moral, da ordem e autocontrole das camadas populares. Públicas, as cerimônias revestiam-se de importância e se faziam distinguir por novidades a cada nova reunião. Trataremos desse assunto com mais profundidade posteriormente.

Porém, muitos não notavam somente a beleza de nossa cidade. Um outro relato muito importante foi o de Santos Marrocos, português que veio para cá com a vinda da Família Real e tornou-se funcionário da Biblioteca Nacional. Em nossas terras passou muitos anos e sempre se queixava de tudo nas cartas que enviava para seu pai em Portugal. Atentemos-nos a perspectiva de Santos Marrocos sobre o clima carioca em diferentes cartas e datas.

²⁹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p. 59.

³⁰ DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 29.

“Eu tenho curtido um grande defluxo procedido do ar infernal desta terra, e tenho sofrido huma grande hemorragia de sangue pelo nariz; cuja a causa estou temendo os grandes calores de verão, porque hão de me afflignir muito.”³¹

“À vista detas pequenas reflexões pode V. M ce. Julgar que vontade terei eu presistir, neste infernal Clima, onde qualquer dorsinha He mortal! Confesso ingenuamente que antes queria viver na nossa Casa mui pobre, do que aqui com grandes riquezas, e me daria por bem despachado, se eu, largando a Bibliotheca, pudesse obter qualquer outro Emprego, para servir em Lisboa (...) qualquer um que diga o contrario, mente sem vergonha.”³²

“Leve o Diabo semelhante língua, pois um País, onde reina a moleza e a preguiça, até no fala há sonmo!”³³

“Acho me magro, até falta de forças (...) Nada disto me admira, pois são necessários effeitos do desgosto em que vivo, e o summo desejo de me retirar de tão máo Paiz. Deos permitta não terminar os meus dias debaixo desse horisonte, porque porque seria requintar a minha pena de passar por esse transe fora dos lares pátrios, e longe da nossa família.”³⁴

³¹ MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1939, p. 34.

³² *Ibid.*, P.60-61.

³³ *Ibid.*, p. 11.

³⁴ *Ibid.*, p. 44.

Outro ponto importante que notamos foi a presença do religioso marcou a cidade desde sua fundação, o que condicionava o comportamento das pessoas, fundando e estruturando o viver coletivo colonial.³⁵ O pagamento de tributos simbolizava a fidelidade ao rei e a Igreja mesmo antes da chegada da Família Real. Vejamos como era a classe dominante desse período:

“(…) O Brasil não tinha propriamente nobreza sua; religiosos, os funcionários e as famílias abastadas do interior, isto é, fazendeiros e donos de minas, que possuíam todos antes da vinda do rei, por assim dizer, os privilégios e distinções de nobreza. A concessão de títulos e cargos doados pelo rei atraía uma parte deles à capital, e daí, tomando gosto pelo luxo e modo de vida do europeu, começaram a exercer uma influência muito diferente da anterior nas outras classes do povo. Também as províncias mais afastadas do novo reino, cujos habitantes vinham passear no Rio por curiosidade, por interesse próprio ou questões de família, acostumavam-se a considerar esta cidade como sua capital, e a adotar os seus costumes e modos de pensar que, depois da vinda da corte, se salientaram como europeus.”³⁶

Segundo o historiador Nireu Cavalcanti, essa “nova nobreza” manteve a tradição de serem bons cristãos, e por isso não se esqueceram de dedicar-se as organizações religiosas, construindo as irmandades e templos. Para construir a igreja, o sobrado anexo, os tanques, urbanizar a área de seu entorno, cobrir despesas de festas e administrar a entidade, foi proposta a criação de diferentes taxas que incidissem em 27

³⁵ CARDIM, Pedro. “Religião e ordem social: em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”. IN: *Revista de História das Idéias*. nº 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias, 2001, p. 133-135.

³⁶ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1, p. 52-53.

produtos que eram comercializados e sobre as embarcações que atracavam no porto e as transportavam.³⁷

As irmandades estruturavam uma grande parte da população ao empregar artistas e artesão de diversas categorias durante as encomendas de pinturas, esculturas, construção de altares e templos, ainda organizavam as festas mais importantes da cidade. Também ficava responsável pela doação de terrenos para a construção de templos, o que expandia a cidade, visando que os fies buscavam cada vez embelezar mais os templos dos santos de sua devoção, acertando e alinhando as ruas que lhes davam acesso e levantando construções residências nas imediações da morada de seus padroeiros.³⁸

A Igreja determinara os dias do culto ao divino, considerando todo o ano eclesiástico e dividindo a essas festas em dois grupos: as festas do Senhor (Paixão de Cristo e os episódios da sua vida) e o dia dos santos (apóstolos, virgens, mártires, padroeiros, etc.).³⁹ No início do século XIX, a população do Rio de Janeiro tinha aumentado consideravelmente, segundo os escritos do padre Perereca a população desta cidade nos princípios do ano de 1808 chegaria a 60.000 almas, repartidas pelas quatro freguesias: Sé, Candelária, S. José, e Santa Rita, porém mais da metade deste número se compreende na escravatura. O clero secular apenas chegará a 200 residentes na cidade; e o regularnãõ passa certamente de 120, dando ao convento de Santo Antonio 60 religiosos, 30 ao do Carmo, e outros tantos ao de São Bento. As freiras da Ajuda não chegarão a 40, e as teresias não passam de 21.⁴⁰

Ou seja, como grande parte da população não fazia parte dos conventos, seguia a doutrina católica. As festas transformavam a cidade, eram dias em suspenso, onde todo o cotidiano se transformava. Portanto, as cerimônias públicas religiosas captar a consciência de Antigo Regime, a tendência a concorrer a funções, lugar social prestígio e poder. Sobre esse assunto faremos referência ao livro *Festa e a colaboração*

³⁷ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 204.

³⁸ *Ibid.*, p. 206.

³⁹ PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 13.

⁴⁰ Ver: SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1.

de José Pedro Paiva, historiador que nos mostra em seu artigo *Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)* a importância da religião e dos rituais sagrados no Brasil. Cerimoniais, regimentos, relações e memórias estavam intimamente ligadas à vida religiosa. O rito tem a função de demonstrar a diferença entre as camadas, hierarquizar a superioridade eclesiástica, e afirmá-la como uma diferença social conhecida por quem estivesse investindo, e pelos demais membros da sociedade.⁴¹ Assim, era comum nesses eventos regulamentados pela Igreja a reprodução dos códigos estéticos, retórico e de etiqueta e estar a par dos mesmos para que fossem absorvidos por esse meio. Algumas posições eram invejadas até mesmo pela elite abastada, pela nobreza e pelo alto clero, como é o caso do ato de segurar as rédeas do cavalo do prelado durante a procissão.⁴²

Estas festas são descritas no romance de Manuel de Almeida⁴³, *Memórias de um Sargento de Milícias*, onde relata alguns detalhes desses eventos religiosos, como por exemplo, a festa do Espírito Santo. Nessa, o autor ressalta que podia se iniciar até nove dias antes da data marcada. A festa era marcada por uma grande folia. Ensejos e músicas ecoavam pelas ruas. Acompanhados pelos instrumentos, os participantes cantavam músicas desse gênero:

*“O Divino Espírito Santo
É um grande folião,
Amigo de muita carne,
Muito vinho e muito pão”.*⁴⁴

⁴¹ PAIVA, José Pedro. “Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)”. IN: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v.I. São Paulo: Hucitec, Ed.da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001, p.86.

⁴² *Ibid.*, p. 87.

⁴³ Manuel de Almeida nasceu em 1831 e era formado em medicina, mas nunca médico. Dedicou sua vida as artes e a literatura, morrendo jovem, aos 30 anos, num naufrágio na Baía de Guanabara enquanto fazia campanha par deputado.

⁴⁴ ALMEIDA, Manuel A. de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Galex, s/d., p.69.

Na mesma perspectiva, Beatriz Santos nos afirma que nas festas religiosas os até mesmo os trabalhos exerciam o seu status social, demonstrado publicamente e por isso reconhecido nesses momentos.⁴⁵ Santos foca principalmente a de Corpus Christi, tinham também a finalidade regulamentar o calendário citadino, integrando o império ultramar, pois era um elemento comum, um meio de identidade entre as colônias sob dominação portuguesa. Isso reforçava os laços entre a metrópole e a colônia, porque a cidade era o centro administrativo e comercial que rendia lucros e riquezas.⁴⁶ A exaltação político-religiosa nas festas causava conflitos e rivalizavam as irmandades a cada procissão, analisando qual a que tinham mais pompa, favorecendo a ordem global do evento.⁴⁷

A presença do religioso reforça os tratados moralizantes e de finalidade edificante, a reflexão e obrigações morais acerca dos colonizados e modo de como os indivíduos deviam se tratar pesava sobre a sociedade onde o monarca exercia ações políticas e religiosas, lado a lado, entrelaçando-as e transformando a cidade em um lugar perfeito.⁴⁸ O que prevalecia era uma matriz organizadora que expressava os sentimentos de amor e diferença. No discurso, alusões ao amor eram muito comuns, e o poder afetivo que os unia era algo essencial á natureza das coisas. Jesus Cristo era o exemplo que todo o monarca devia seguir, eram escolhidos por Deus que lhes atribuiu o poder político, enquanto seus súditos deviam lhe apoiar visando “bem comum”.⁴⁹ O que imperava era o amor e a vontade divina, um consenso baseado nas concepções católicas de desigualdade naturalmente ditada que garantia a *paz social* como podemos ver:

⁴⁵ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. “Festa do Corpo de Deus, oficiais mecânicos e Estatutos de pureza de sangue no Rio de Janeiro setecentista”. In: *The Americas: a quarterly review of inter-American Cultural History*, v.65, 2008, p. 6.

⁴⁶ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. “Unidade e diversidade através da festa de Corpus Christi”. IN: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v.I. São Paulo: Hucitec, Ed.da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001, p. 523-530.

⁴⁷ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. “Festa do Corpo de Deus, oficiais mecânicos e Estatutos de pureza de sangue no Rio de Janeiro setecentista”. In: *The Americas: a quarterly review of inter-American Cultural History*, v.65, 2008, p. 25.

⁴⁸ CARDIM, Pedro. “Religião e ordem social: em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”. IN: *Revista de História das Idéias*. nº 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias, 2001, p. 146-147.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 151.

“Entre os locais de divertimento público e recreação de uma cidade grande, o Teatro, em geral, ocupa o lugar mais importante. E talvez assim se dê com o do Rio, no conceito de seus habitantes; mas poucos dentre aqueles que já viram outras casas do mesmo gênero, outros arranjos cênicos e representações, conseguiram fazer coro com eles na admiração do que aqui consegui encontrar. (...) é uma casa miserável apertada e sombria. (...) Os espetáculos são dignos de tal local e do estilo em que são levados a efeito. A orquestra é reduzida, inconveniente e mal recrutada. Muitas peças dramáticas contem cenas que uma pequeníssima dose de bom senso e bom gosto haveria de banir para sempre do palco.”⁵⁰

O esforço de Igreja de “civilizar” os habitantes dos trópicos pode ser observado nessas festas, danças, gostos, e terem sido incentivados pelas autoridades municipais para a modificação dos costumes da cidade. Isso tudo em função da herança cultural portuguesa e de sua experiência histórica.⁵¹ Por isso eram muitos os esforços para atrair a população para a realização dos cultos festivos e transformar a visão que os estrangeiros tinham da cidade do Rio de Janeiro, seu nível de “civilização”, bons hábitos e costumes..

Segundo o sociólogo Norbert Elias, o termo “civilidade” foi lançado por Erasmo de Roterdan e utilizado “como símbolo de um novo refinamento das maneiras”, que mais tarde originou o verbo “civilizar”⁵², para contrastar o que era considerado “bárbaro”. A civilidade foi caracterizada pelo domínio das aparências, criando o *habitus*

⁵⁰ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p. 60-61.

⁵¹ ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 28.

⁵² ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª ed., vol. 2, 1994, p. 41.

que fazia parte da regra geral das cortes européias. Para Elias “o sentimento de vergonha é evidentemente uma função social modelada segundo uma estrutura social”.⁵³

Sobre civilização o padre Perereca diz que:

“Não satisfeito o magnânimo Príncipe Regente Nosso Senhor com imortal diploma, que abriu portas a seu Estado do Brasil à *civilização*, à indústria, e à geral prosperidade com a permissão da franqueza do comércio, abriu também em favor do habitantes da Bahia os tesouros da sua liberdade, distribuindo milhares de graças e mercês por aqueles fies vassallos, de quem S. A. R. constantemente recebia as mais fervorosas demonstrações de respeito, lealdade, e amor a sua real pessoa, e a toda a augusta família, que juntamente com o Príncipe Regente Nosso Senhor ali aportara.”⁵⁴

A transformação desses hábitos foi calçada pela repetição dos rituais, que por meio do calendário real, funcionava como um dispositivo na memória social. Dessa maneira, observou-se que os festejos realizados na América portuguesa priorizavam o espaço público e coletivo, organizados de acordo com a posição social de cada indivíduo.

“A população do Rio de Janeiro compõe-se, em sua grande maioria, de portugueses ou de seus descendentes, tanto brancos como os de mistura de cores. Quase não se vêem indígenas americanos por aqui. Eles evitam, quanto podem, a cidade e, muito raramente aparecem, e só por acaso, como aves de arribação, no tumulto para eles estranho. Os que estão mais perto, pertencem, segundo dizem, à Missão de São Lourenço,

⁵³ Ibid., p.143.

⁵⁴ SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1, p. 171.

na Baía do Rio de Janeiro, de onde vêm oferecer louças de barro; os outros vem de quando em quando de mais longe, da região de Campos, no distrito de Goitacases, ou de Areias, uma pequena vila no caminho de São Paulo, ou de Minas Gerais, acompanhando as tropas, que compõem a capital em constante ligação com essas regiões. (...)»⁵⁵

O caráter sagrado da realeza na Europa moderna foi estudado por Peter Burke em *A fabricação do rei* onde ele mostra a relação entre o ritual e o poder dispostos como meios para “*instruir o povo*”, “*civilizá-lo*”, estimulando-o a amar seu príncipe e a obedecer-lhe⁵⁶. Burke tem como estudo a corte do Rei Sol, Luís XIV, trabalhando a idéia de que a propaganda real está apoiada num símbolo personificado da imagem do monarca, caracterizando o governo de Luís XIV a um tipo de espetáculo teatral relacionado entre arte e poder. Para o autor a representação simbólica real (em pinturas, prosa e verso, moedas, medalhas, etc.) são produtos da circulação e recepção das formas simbólicas. Assim, o próprio rei e seus conselheiros davam grande importância a imagem real, principalmente a transmitida por meio das festas, criadas para aumentar a sua glória. A festa tem o papel não só de agradar os súditos, mas de dar aos estrangeiros uma impressão de grandiosidade, poder, riqueza e superioridade. Para o autor, tanto o rei, como seus súditos tinham consciência da forma e das maneiras as quais as pessoas podem ser manipuladas por meio dos símbolos. Lembremos que nesse período eles já tinham sido instruídos na arte retórica, oferecida pela cultura de seu tempo.

Concluimos aqui que a construção e a imposição dos costumes deviam-se a mentalidade de que as culturas aqui presentes. Assim, a atuação da Igreja foi extremamente importante para impor os costumes ditos “civilizados” e as regras de obediência, reforçando o poder do Estado nos trópicos, visto que na sociedade “bárbara” colonial

⁵⁵ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1, p. 52.

⁵⁶ BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 17.

integram as suas regras através das festas, incentivando um bom comportamento para que esses que participassem fossem agraciados com bem materiais (por exemplo, isenção de impostos) e imateriais (como o emprego em uma função simbólica durante a festa que elevasse seu *status* social) típicos da sociedade de Antigo Regime. Porém, esses eram um dos poucos momentos de um convívio social mais intenso. Na maior parte da vida cotidiana cidadina colonial estava em estado de “enclausuramento”, por detrás das muralhas e fortalezas, e dos planos da defesa urbana que estavam em constante estado de defesa contra as invasões estrangeiras. Marcando uma sociedade que era constituída pelo amor e pela diferença entre os indivíduos, principalmente nos rituais festivos, na busca da construção da imagem de cidade civilizada imposta pelo período. No próximo capítulo abordaremos o cenário cultural pós-vinda da Família Real mais aprofundadamente na cidade do Rio de Janeiro.

FONTES

ALMEIDA, Manuel A. de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Galex, s/d.

BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, 10 Vols., 1712-1728.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1975.

MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde: Rio de Janeiro, 1939.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

O’NEIL, Thomas. *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.1 e 2.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. V.1.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CARDIM, Pedro. “Religião e ordem social: em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”. IN: *Revista de História das Idéias*. nº 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias, 2001.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª ed., vol. 2, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26.ed., 1995.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *O governo protetor: a representação do poder político em cerimoniais régios portugueses (séc. XVIII-XIX)*. In: *Varia História*. Belo Horizonte, v.22, n.36, Jul./Dez. 2006.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. “O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822)”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, v.26, nov. 2007. P.133-159.
- PAIVA, José Pedro. “Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)”. IN: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v.I. São Paulo: Hucitec, Ed.da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. “Festa do Corpo de Deus, oficiais mecânicos e Estatutos de pureza de sangue no Rio de Janeiro setecentista”. In: *The Americas: a quarterly review of inter-American Cultural History*, v.65, 2008, p.193-216.
- _____. “Unidade e diversidade através da festa de Corpus Christi”. IN: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. v.I. São Paulo: Hucitec, Ed.da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001.